

## Moçambique: um país à beira do precipício

Paulo Gorjão

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, não poderia ter escolhido pior altura—ou melhor, dependendo da perspectiva—para visitar oficialmente Moçambique. A poucos dias de o receber em Maputo, o Presidente Filipe Nyusi e o primeiro-ministro Carlos Agostinho do Rosário deparam-se com um dos momentos mais tensos e de maior fragilidade política de Moçambique desde o início do seu processo de transição para a democracia em 1994.

Como se não fosse por si só suficiente, a juntar ao impasse político que se tem vindo a arrastar no tempo, sem solução aparente à vista, Moçambique viva agora também uma grave crise de natureza financeira.

### **Uma guerra civil não declarada...**

Começamos por um breve resumo da crise política.<sup>1</sup> Em Outubro de 2013, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) anunciou o fim do Acordo Geral de Paz de Roma de Outubro de 1992, depois de forças militares

governamentais terem atacado a sua base na Gorongosa. O conflito armado—na prática, a situação de guerra civil não declarada—durou até Agosto de 2014, momento em que a RENAMO e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) chegaram a um acordo para a cessação das hostilidades. Este entendimento veio abrir a porta à participação da RENAMO nas eleições gerais—presidenciais, legislativas e provinciais—de Outubro de 2014, mas o seu líder, Afonso Dhlakama, até hoje não reconheceu como legítimos os resultados eleitorais, que na altura de imediato considerou fraudulentos, exigindo a partir daí o direito de governar as seis províncias “autónomas” onde reclama vitória (Nampula e Niassa, no norte de Moçambique, Sofala, Manica, Zambézia e Tete, no centro).

Dhlakama prometera que até Março a RENAMO passaria a governar as seis províncias. O prazo expirou, entretanto, sem que tal tenha sucedido, mas independentemente disso o futuro continua incerto. Nos últimos meses, aliás, o clima de instabilidade tem levado muitos moçambicanos a

<sup>1</sup> O parágrafo que se segue foi retirado de Paulo Gorjão, “Moçambique: um futuro incerto” (*IPRIS Comentário*, No. 33, 2 de Outubro de 2015), p. 1.

procurar refúgio no Malawi. Na recente deslocação de Filipe Nyusi ao Estado vizinho para a cimeira tripartida com a Zâmbia, os refugiados moçambicanos foram uma questão inevitável. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) calcula que mais de 10 mil moçambicanos fugiram para o Malawi, existindo queixas de perseguições e de maus-tratos perpetrados pelas Forças de Defesa e Segurança na província de Tete.<sup>2</sup> O clima de autêntica guerra civil não declarada é impossível de negar. Esta semana, por exemplo, foi descoberta uma vala comum com cerca de 120 corpos, numa zona controlada pela RENAMO, no interior da Gorongosa.<sup>3</sup>

Em suma, como se constata, a crise moçambicana tem todos os ingredientes para, se nada for feito, se tornar num problema para si e para a sua envolvente regional.

### **...a que se junta uma grave crise financeira**

Para piorar mais ainda uma situação já por si altamente preocupante, à crise política juntou-se agora uma grave crise financeira.

Nas reuniões da Primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI), o ministro das Finanças, Adriano Maleiane, confirmou que o Governo moçambicano tinha contraído dois empréstimos junto dos bancos Crédit Suisse e VTB, em 2013, tal como havia sido referido anteriormente na imprensa internacional.<sup>4</sup> Em virtude desta situação, o FMI decidiu suspender de imediato a cooperação com Moçambique até que o Governo

esclareça devidamente os empréstimos e as suas implicações, tendo ao mesmo tempo retido a transferência de uma tranche de 55 milhões de dólares do pacote previamente acordado em Dezembro de 2015 no valor de 283 milhões de dólares.<sup>5</sup>

Com o intuito de limitar os danos e re-estabelecer a relação de confiança, o primeiro-ministro Carlos Agostinho do Rosário deslocou-se na semana passada a Washington D.C. para esclarecer o total da dívida contraída pelas empresas públicas, com garantias do Estado.

Esta semana, o porta-voz do Conselho de Ministros confirmou a existência de garantias prestadas pelo Governo a empréstimos concedidos à Proindicus, em 2013, no valor de 622 milhões de dólares e à Mozambique Asset Management, em 2014, de 535 milhões de dólares, a que se soma um terceiro crédito a envolver o Ministério do Interior.<sup>6</sup>

A deslocação de Carlos Agostinho do Rosário aos Estados Unidos não impediu, no entanto, o Banco Mundial de seguir a linha do FMI e de suspender a transferência de aproximadamente 40 milhões de dólares destinados a apoiar a execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) deste ano.<sup>7</sup>

A bola de neve, aliás, não parou ainda de rolar, no que começa a ser um autêntico cenário de pesadelo para o Governo moçambicano. Ontem foi a vez de o Reino Unido anunciar que vai suspender a ajuda financeira a Moçambique.<sup>8</sup> Nesta altura, ainda sem ter absoluta confiança nas contas públicas moçambicanas, é possível que outros integrantes do G14—o conjunto de países e instituições doadores que apoia o OGE moçambicano—possa também vir a suspender o seu apoio na

---

2 Milton Maluleque, "Refugiados moçambicanos na agenda de Filipe Nyusi na visita ao Malawi" (*Deutsche Welle*, 25 de Abril de 2016). Ver, igualmente, "UNHCR begins the relocation of Mozambican asylum-seekers to Luwani camp, Malawi" (*UNHCR*, Briefing Notes, 15 de Abril de 2016). O número de refugiados, entretanto, terá diminuído, mas continua a ser um problema sério para o Malawi.

3 André Baptista, "Descoberta vala comum em Moçambique" (*Voz da América*, 28 de Abril de 2016).

4 Matt Wirz e Julie Wernau, "Tuna and Gunships: How \$850 Million in Bonds Went Bad in Mozambique" (*The Wall Street Journal*, 3 de Abril de 2016).

---

5 Julie Wernau, "IMF Suspends Lending to Mozambique" (*The Wall Street Journal*, 15 de Abril de 2016).

6 "Banco Mundial suspende financiamentos a Moçambique" (*Voz da América*, 26 de Abril de 2016).

7 *Idem*.

8 "UK joins IMF and World Bank to cut Mozambique aid" (*BBC News*, 28 de Abril de 2016).

reunião agendada para os próximos dias.<sup>9</sup>

### Conclusão

Se em Outubro de 2015 destacava num anterior *Comentário* o que poderia vir a ser “um futuro incerto”,<sup>10</sup> sete meses depois—período em que nenhuma das questões pendentes foi solucionada e em que aos problemas existentes se somaram outros—a situação tornou-se ainda mais grave.

Confrontado com um choque externo decorrente da queda dos preços das *commodities* e o adiamento dos investimentos associados a projectos como é o caso do gás natural,<sup>11</sup> o futuro de Moçambique continua, em larga medida, dependente da boa vontade de terceiros.

Para se ter uma ideia do que se está a falar, a dívida pública de Moçambique é agora de 11,66 mil milhões de dólares, dos quais 9,89 mil milhões de dólares são dívida externa. Este valor representa mais de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) e traduz uma enorme escalada de endividamento desde 2012, quando a percentagem se fixava em 42%.<sup>12</sup>

O Governo moçambicano precisa urgentemente de restaurar a sua credibilidade e a relação de confiança com os principais doadores, caso contrário enfrentará um cenário de absoluta incerteza e de instabilidade

política, económica e social. Se nada for feito, a situação de guerra civil continuará a agravar-se e o cenário económico a deteriorar-se, com inevitáveis ondas de choque político e social.

O Governo moçambicano enfrenta diversos focos de incêndio e é urgente que tenha a noção de que, se não os extinguir rapidamente, pode perder o controlo à situação. Que não haja dúvidas: Moçambique encontra-se actualmente à beira do precipício—próximo de uma tempestade perfeita—e a paz e a estabilidade poderão estar em risco.

Marcelo Rebelo de Sousa é um conhecido amigo de Moçambique. Talvez possa aproveitar a ocasião da sua visita a Maputo para dizer com toda a franqueza e frontalidade, cara na cara, que o Governo moçambicano precisa de arrear caminho.

9 O G14, antes G19, inclui: Áustria, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Canadá, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e União Europeia.

10 Paulo Gorjão, “Moçambique: um futuro incerto” (IPRIS Comentário, No. 33, 2 de Outubro de 2015).

11 Ver Andrew England, “Mozambique hit by commodity price fall” (*Financial Times*, 12 de Novembro de 2015).

12 “Doadores de Moçambique reúnem-se nos próximos dias para avaliar revelação de dívidas” (*Lusa via Observador*, 29 de Abril de 2016).